JUSTIFICAÇÃO

Cumpre, primeiramente, salientar que a LDO 2012, em seu artigo 88, aduz:

As proposições legislativas, sob a forma de projetos de lei, decretos legislativos ou medidas provisórias e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria. (grifo nosso)

Para a efetivação de tal mandamento, coube também a previsão legal de resposta às requisições atinentes à matéria, pelos Poderes, inclusive, com subsídios técnicos para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade, conforme se segue:

1º Os Poderes e o MPU encaminharão, quando solicitados por Presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 2º

§ 3º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão da União, acompanhada da respectiva memória de cálculo.

Predisposições da mesma natureza são trazidas pelo art. 89, que trata das alterações na Legislação Tributária e das Demais Receitas, da LDO 2012.

Cumpre destacar a relevância do mérito do Projeto, cuja autora é a Senadora Fátima Cleide (PLS nº 395, de 2008), que obriga as escolas de educação básica, públicas e privadas, a comprovar a existência de áreas cobertas para prática de educação física, esportes e recreação. De acordo com a autora, as salas de aulas já são objeto de preocupação, no entanto os espaços de desenvolvimento físico e

socialização não recebem a mesma atenção, não contribuindo de forma absoluta, plena, para os fins da educação escolar.

Conforme sustentado pelo nobre Deputado Gilmar Machado, no PL nº 5.384, de 2009, apensado, o artigo 74 da Lei de Diretrizes básicas – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) que dispõe sobre o padrão mínimo de oportunidades educacionais, que garantem a qualidade do ensino, tem sido negligenciado.

Certamente dentre o conjunto mínimo de requisitos que importem na qualidade do ensino está a infraestrutura destinada à pratica desportiva, conforme já estabelecido na meta nº 04 para o Ensino Fundamental – Plano Nacional de Educação, PNE (Lei nº 10.172, de 2001), cuja vigência findou em 2011.

Cabe-nos, por fim, trazer à luz dados apresentado ao PL nº 5.384, que se seguem:

No rol dos itens elencados na referida meta do PNE, figura a previsão de espaços de esporte e lazer como parte da infra-estrutura mínima desejada para as escolas de ensino fundamental. É nesse ponto que reside, de um lado, uma das principais desigualdades nas oportunidades de acesso à Educação nacional e, de outro, um grave empecilho ao desenvolvimento integral do educando: conforme o Censo Educacional de 2006, dos 159.016 estabelecimentos com ensino fundamental, apenas 44.763 possuíam quadra de esporte. Isso representa uma porção equivalente a 28% do total das escolas.

Diante do exposto, portanto, são requeridas as informações necessárias para elaboração de parecer pela adequação financeira e orçamentária do Projeto.

Sala de Sessões, de junho de 2012.

Deputado **AUDIFAX**
PSB/ES